

# IMIGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA E TRABALHO NO BRASIL: SENEGALESES EM NITERÓI/RJ<sup>1</sup>

*Áurea Cristina Santos Dias*

Ao estudarmos a imigração de senegaleses para o Brasil, particularmente os que se encontram na cidade de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, consideramos a presença deste grupo no município como uma expressão local de um crescente fenômeno global, a intensificação das migrações no mundo, tanto na dimensão nacional com os deslocamentos internos, quanto na travessia de fronteiras internacionais.

O contexto prolongado de crise do capital, a reação norte-americana aos atentados em seu território em 2001 se desdobrou no fortalecimento do aparato de segurança nos países centrais e na proliferação de manifestações xenófobas e racistas que atribuem aos migrantes responsabilidades pelas regressões econômicas e sociais. Destinos históricos de migração foram alterados afetando inclusive aqueles que buscam proteção em razão de fundado temor de morte.

Informes da Agência das Nações Unidas para refugiados – ACNUR – apontam que são os países da periferia do capital os que mais recebem deslocados forçados e refugiados, o que vem provocando mudanças e definindo desafios no que se refere as relações internacionais entre os países envolvidos e na organização de mecanismos políticos de recepção e integração dos migrantes. Esse movimento tem sido estudado por pesquisadores de diferentes áreas (BAENINGER, 2018) e por agências internacionais, que caracterizam esses deslocamentos como migração sul-sul.

A força de trabalho migrante vem crescendo no planeta, chegando a aproximados 164 milhões no mundo (OIT, 2020). Se tomarmos os dados de 2019 da Divisão de População do Departamento de Economia e Assuntos Sociais – DESA - ONU, a América Latina e Caribe recebem o menor número de imigrantes internacionais do mundo. No Brasil, os

---

<sup>1</sup>DOI-10.29388/978-65-81417-31-4-0-f.101-125

registros da Polícia Federal de 2020, divulgados através do Portal de Imigração há cerca de 750 mil imigrantes, incluindo todas as condições migratórias previstas em lei, e inclusas ainda os imigrantes vindos em períodos anteriores aos anos 2000 (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2019). Esse número representa menos de 1% da população do país.

Porém trata-se, ainda, que modesta do ponto de vista da análise percentual no país, de enorme contingente de trabalhadores fora de seus locais de origem e concentrados em pequenos municípios fronteiriços ou em grandes centros urbanos com estrutura incipiente para acolhimento e acesso a políticas de proteção.

O relatório de 2019 divulgado pelo Ministério da Justiça, referente aos dados de 2010 a 2018 indica

[...] significativa a chegada de imigrantes no país, especialmente composta por novos fluxos migratórios, caracterizados por pessoas originárias do hemisfério sul. Diferentemente das imigrações do final do século XIX e princípios do XX, em que os fluxos migratórios para o Brasil eram protagonizados por pessoas do Norte Global, basicamente por europeus, na atualidade são imigrantes do Sul Global que ocupam o ranking das primeiras nacionalidades no país. Destacam-se os haitianos, principal nacionalidade no mercado de trabalho, os venezuelanos, fluxo migratório que cresceu de forma significativa a partir de 2016, além de outras nacionalidades tais como os senegaleses, bolivianos, colombianos e bengalis. (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2019, p. 05)

A chegada de imigrantes do Haiti, de países da África e vizinhos latinos, na primeira década dos anos 2000 provocaram reações políticas de xenofobia, racismo e criminalização, potencializados pelo avanço da extrema-direita no mundo e suas repercussões no contexto sociopolítico brasileiro especialmente a partir de 2016. No mesmo contexto de aprovação da nova legislação migratória no Brasil, em 2017, fruto de debates que envolveram diversos segmentos da sociedade e substitutiva a uma legislação elaborada no período ditatorial, cresceram manifestações anti-imigração, ataques a espaços de ativismos pela causa de refugiados e migrantes, ações militarizadas nas fronteiras e assassinatos de imigrantes (DIAS, 2020).

Especialmente os fluxos advindos de países também periféricos em busca de proteção emergencial e trabalho se deparam com uma realidade de um mercado de trabalho restrito e uma ofensiva ininterrupta de contrarreforma neoliberal aos direitos de proteção social, além dos componentes históricos do racismo e sexismo que conformam de maneira estrutural e estruturante a questão social no Brasil. Villen (2018) define essa complexidade que caracteriza a condição migrante de muitos trabalhadores que se encontram nesse fluxo contemporâneo no Brasil em busca de trabalho, como condição emergencial de sobrevivência como “periféricos na periferia” que acabam submetidos a condições de trabalhos semelhantes às do país de origem.

O imperialismo, como forma de expansão e aprofundamento do capitalismo, se mantém como uma questão fundamental para o entendimento das contradições do sistema, porém as respostas organizadas para o enfrentamento da queda tendencial das taxas de lucro engendraram transformações impactantes na economia, nos Estados e demais esferas da vida social fazendo com que as crises se tornem cada vez mais recorrentes e perenes.

São aspectos determinantes no capitalismo sob a hegemonia financeira, o aprofundamento sucessivo de dinâmicas de expropriação, a reestruturação produtiva e sofisticação do aparato de dominação político-militar que tem como expoente o poderio norte americano envolvido nos principais conflitos bélicos e bloqueios econômicos produtores de volumosos contingentes de refugiados e deslocados forçados.

O capitalismo em sua fase contemporânea sob a hegemonia do capital financeiro expande e intensifica as formas monetárias e fictícias de valorização do capital articuladas a sua condição social de existência, a extração de mais-valor através do trabalho livre. A busca frenética por valorização impõe taxas cada vez mais elevadas de exploração da força de trabalho exigindo a disponibilidade de trabalhadores dispostos a vender sua força de trabalho sob quaisquer condições tornando mais evidentes formas históricas de expropriações associadas a mecanismos mais recentes de expropriação (FONTES, 2010).

Ao discutir a mobilidade do trabalho, Gaudemar (1977) considera necessário desmistificar o caráter de livre escolha racional dos trabalhadores, ressaltando que a exploração do trabalho requereu na sociedade

capitalista a produção da força de trabalho, sua reprodução e o controle, tanto da sua circulação, quanto de sua qualidade. A mobilidade da força de trabalho é uma característica histórica no capitalismo e ao mesmo tempo condição de sua existência e permanência.

A importância da força de trabalho imigrante para a economia mundial, assim como a condição de vendedores da respectiva força de trabalho, é determinante para sobrevivência e para os projetos de vida dos imigrantes sendo, portanto, um elemento central na mobilidade. Desse modo, tomamos como referência para compreensão da migração internacional, a relação entre as classes e a dinâmica internacional da acumulação capitalista como força motriz das migrações, reconhecendo que aspectos do debate contemporâneo como redes migratórias e migrações transnacionais são elementos importantes para a descrição do fenômeno migratório atual.

Na perspectiva recomendada por Sayad (1998) de analisar a migração em sua totalidade, buscamos aproximação com as particularidades dos processos econômicos, políticos, sociais e culturais, que caracterizam a história da África e do Senegal, cientes de que o processo de dominação imperialista impõe variações na organização da exploração e opressão, estabelecendo desigualdades entre as periferias, produzindo diferenciações relacionadas não só com os interesses econômicos em jogo, como também com as formas de resistência construídas em cada região. Nessa perspectiva, procuramos nos aproximar da identificação das condições geradoras de emigração no Senegal.

## **DINÂMICAS MIGRATÓRIAS EM ÁFRICA E A DIÁSPORA SENEGALESA**

*As migrações internacionais africanas têm sido evidenciadas por organizações internacionais e especialmente por registros midiáticos de cenas em que homens, mulheres e crianças se arriscam em perigosas tentativas de travessia de fronteiras por terra, céu e mar. Além dos recorrentes barcos e botes lotados no Mar Mediterrâneo, cuja estimativa de mortos e desaparecidos é de 18.000 entre 2014 e 2018<sup>2</sup>, há relatos de migrantes em jornadas*

---

<sup>2</sup> Segundo estimativa da OIM, em 2017, pelo menos 6.163 pessoas desapareceram durante a migração e, de acordo com o ACNUR, mais de 1,5 mil migrantes morreram durante os primeiros sete meses de 2018 ao tentar atravessar o Mar Mediterrâneo em direção à Europa.

não menos arriscadas em travessias terrestres, em baús de caminhões, em compartimento da âncora ou contêineres em embarcações em águas internacionais e até nos espaços reservados para as rodas de pouso de avião.

Para além da aparência suicida e desesperada que denotam tais acontecimentos, nos parecem pertinentes as observações de Bond (2007) e de Lumembu (2000) sobre a necessidade de buscar as causas de fundo da imigração africana. Para Bond (2007), o legado histórico colonial do continente forjou uma narrativa dominante em que corrupção e pobreza são consideradas elementos natos de sua população. A esse estereótipo é acrescentado uma animalização da África e de quem lá vive. Neste sentido, o continente seria uma grande selva em que o elemento humano é um detalhe quase inexistente ou, como ressaltou Fanon (2011), representa o animalesco, o não humano, o incivilizado, tanto que a linguagem dominante opressora aciona uma linguagem zoológica de tratamento ao negro africano. Essa lógica racista e antropomórfica persiste como mediação nas relações globais econômicas, políticas e culturais com os países africanos. Os imigrantes negros são considerados no Brasil com a mesma lógica em que seus países de origem. Nesse caso, o continente todo se insere na divisão internacional do trabalho de forma subalternizada e racista (VILLEN, 2018).

Resume Bond (2007, p. 15): “Como o ‘continente negro’, a África tem sido tipicamente pintada em largas pinceladas, como um lugar de pessoas pagãs e incivilizadas, como selvagem e supersticiosa, como tribal e nepotista”. Esta percepção desconsidera o saque realizado no continente desde os primórdios do capitalismo assim como as lutas e resistência que foram desde aquela época constituídas.

Da mesma forma em que são naturalizados a pilhagem das riquezas da África e o passado de escravização, a situação dos imigrantes africanos também é banalizada. As recorrentes causalidades atribuídas à imigração no continente, a falta de condições básicas de desenvolvimento e a pobreza, consideradas como uma fatalidade desconectadas das determinações estruturais.

As migrações africanas são múltiplas, tanto em relação à história quanto às modalidades e direções. Segundo Badi (2015), a migração africana é predominantemente interafricana e transfronteiriça. Os deslocamentos internos chegam a representar 75% dos deslocamentos no

continente e têm dinamizado as relações entre o rural e o urbano. A busca por condições de trabalho é o motor dos movimentos que fazem trabalhadores e trabalhadoras rurais mudarem em princípio para as zonas urbanas de seu próprio país ou para zonas rurais que ainda ofereçam possibilidades nas monoculturas. Os migrantes urbanos costumam partir para zonas urbanas do próprio continente da África e de outros continentes (FAO/ONU; CIRAD, 2017).

As transformações na dinâmica migratória rural na África têm ainda outras questões que se relacionam com a economia global. Regiões da África são ricas em minerais e reservas hidrocarboríferas, de platina, cromita, cobalto, bauxita, coltan, diamantes, além do petróleo. Por estes atrativos, desde 2001, registram-se investimentos crescentes de países considerados de economias emergentes no estreitamento das relações no continente. Um exemplo disso foi a instalação em 2009, em Moçambique, da 2ª maior mina de carvão a céu aberto do mundo sob responsabilidade de uma empresa transnacional sediada no Brasil, que para tal feito removeu centenas de famílias.

A expropriação da terra e a pilhagem têm produzido contingentes migrantes e permanecem como processos que separam os trabalhadores dos seus meios de vida, de direitos, de crédito, de água, da terra e produz trabalhadores em busca de condições de venda de sua força de trabalho. Para Fontes (2010) as expropriações são processos fundantes e contínuos no capitalismo compondo as estratégias de recomposição das taxas de lucro e de ampliação de formas de valorização do capital. Sassen (2016) destaca como expressão contemporânea desses processos o mercado global de terras.

A aquisição de terras de um país por governos de outros países e pelo capital privado estrangeiro não é novidade. Porém, desde 2006, houve importantes mudanças na diversidade de compradores, que são de diferentes países de origem e empresas de ramos diversos, e houve avanço na quantidade e alcance geográfico das aquisições. Um aspecto determinante do mercado global de terras é que as transações nem sempre decorrem de compra e outros contratos. As aquisições podem ser decorrentes de apropriações de terras, seja por processos violentos do passado ou açambarcamento de terras recentes por desapropriações, coerções e outros métodos espoliativos e militares.

A expansão dessas aquisições tem fundamento no interesse em cultivos industriais para biocombustíveis e alimentos, e para fins de especulação. As transações do mercado global de terras envolvem a venda, arrendamento ou concessão; convertem o uso da terra por pequenos proprietários para uso comercial em grande escala; aumentam o volume quando o preço dos alimentos sobe no mercado mundial; concentram-se maciçamente na África, embora ocorram com intensidade na Ásia e América Latina (SASSEN, 2016).

Para a efetividade desse mercado de terras são necessárias ações do Estado de modo a regulamentar e criar infraestrutura para seu desenvolvimento, especialmente porque as monoculturas e atividades de mineração podem ter grande impacto ambiental, atingindo fontes de água potável, florestas, fauna, exaurindo a terra. As consequências vão da expulsão dos pequenos agricultores que têm suas terras absorvidas nas grandes plantações à fome, visto que deixam de plantar seu próprio alimento. Diante destas questões, do crescimento populacional, da degradação das condições ambientais, e dos conflitos fomentados pela indústria bélica, migração interna e internacional é um recurso para a sobrevivência de famílias trabalhadoras.

A China tem se destacado na aquisição de terras e nos investimentos externos diretos na África, desde a década de 1960, período de grandes mobilizações de descolonização no continente africano. Essa relação comercial e de investimentos diretos produziu uma imigração econômica chinesa para a África que se concentra nos países petrolíferos e um fluxo oposto em menor escala. Desde 2005, o Senegal restabeleceu relações diplomáticas com a China e os países firmaram a partir daí acordos bilaterais, que garantem a exportação por parte do Senegal de produtos agrícolas.

O Senegal tem uma população de aproximadamente 16 milhões de pessoas, com significativo contingente jovem, na faixa etária de 0 a 14 anos, correspondente a 41,15% da população. As mulheres são aproximadamente 50% da população, a população rural é de aproximadamente 8 milhões e a urbana 6 milhões. A colonização do Senegal foi um elemento estratégico para o tráfico de escravizados no Oceano Atlântico, da Ilha de Gorée. Seu território foi um dos principais centros comerciais de escravizados do século XV ao XIX.

O movimento de emancipação jurídico-formal do Senegal em relação a França data de 1960 e teve como representante do movimento de independência Léopold Sédar Senghor<sup>3</sup>. Atualmente o país não passa por contextos bélicos, sendo considerado um país com regime democrático e, portanto, não se encaixa nos parâmetros jurídicos internacionais reconhecidos na legislação brasileira do refúgio. É um país de maioria islâmica, aproximadamente 94% da população tem essa referência religiosa. No caso dos senegaleses o fator religião é um elemento diaspórico importante tanto na mobilização para a migração quanto na produção de condições de permanência no lugar de destino. O culto religioso é organizado em grupos de confraria que cumprem um importante papel desde a saída para a empreitada migratória e em ações de solidariedade entre os membros.

Tedesco (2017) destaca como determinantes para a compreensão da dinâmica migratória senegalesa, a organização da economia colonial especialmente no Pós 1ª Guerra Mundial e o período de modificações e desenvolvimento na produção agrícola iniciado nos anos de 1960 e intensificados na década de 1970.

O alinhamento imperialista da economia da colônia era pautado na produção agrícola segundo as necessidades da metrópole num ciclo de dependência que implicava escoar a maior parte da produção para a metrópole e importar de lá bens de consumo. Essa heteronomia adquire um sentido ainda mais dramático para a colônia no Pós Segunda Guerra Mundial quando há redução da importação por parte da França. O esforço durante a guerra impôs um ritmo maior de produtividade sob preços mais baixos das mercadorias, “[...] a rentabilidade da agricultura teve uma

---

<sup>3</sup> A atuação política institucional de Léopold Sédar Senghor teve início como representante parlamentar do Senegal ainda colônia francesa, mas já era conhecido junto com Aimé Césaire como um dos principais expoentes do movimento político cultural Negritude. Esse movimento que teve na França, na década de 1930, seu local de organização e difusão surge da experiência do racismo que estudantes e intelectuais oriundos das colônias sofreram na França. As propostas do movimento giraram em torno da ressignificação do sentido de ser negro e da valorização de suas experiências e referências culturais, daí cunharem o conceito de negritude. Com o avanço do movimento, especialmente no Pós 2ª Guerra, alguns de seus participantes incorporaram a libertação política como elemento importante questionando, portanto, o colonialismo e imperialismo. O movimento recebeu críticas sobre seu perfil “pequeno burguês” visto ter sido criado por estudantes oriundos das elites locais das colônias, assim como Senghor também foi criticado por um suposto posicionamento colaborativo com a França (DOMINGUES, 2005).



queda vertiginosa, além do que provocou alterações no sistema tradicional de produzir das unidades familiares no meio rural” (TEDESCO, 2017, p. 240). Com o abastecimento interno prejudicado e o esgotamento das condições de produção no campo, o país vivenciou uma grande crise em que a falta de alimentos se tornou a expressão mais severa.

Nas décadas seguintes, as migrações internas e externas se intensificaram, tanto para países fronteiriços, para outras colônias francesas e para a França, onde muitos senegaleses foram absorvidos em serviços de reconstrução do país. Esse período histórico coincidiu com a organização de lutas anti-imperialistas e anticoloniais. O clima político em várias partes do mundo captava movimentos de questionamentos à submissão do continente africano (e da Ásia e América Latina chamados Terceiro Mundo) e de seu povo autóctone. Pesquisadores e a organização das lutas por independência passam a reconhecer e denunciar como elemento de dominação a desculturação, o assalto e a escravização econômica e mesmo biológica da África (FANON, 1968).

Em alguns países a descolonização seguiu uma política “profilática” com a concessão da independência pela metrópole mantendo a dependência econômica e cultural e prevenindo um possível alinhamento com o socialismo. Noutros casos a luta foi sangrenta, disseminando e institucionalizando a tortura e a brutalidade pelas forças de segurança (HOBSBAWN, 2008). Não por acaso em 1979 a Organização da Unidade Africana lança as bases da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, instrumento que amplia a definição de refugiado da Convenção de Genebra de 1951 evidenciando perseguições e torturas políticas.

Após a independência, o Senegal importa tecnologia da França e EUA para investimento na modernização da agricultura mantendo a cultura do amendoim introduzida na colonização e adere às ações de estabilização financeira sob orientação do Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial que previa as soluções técnicas de redução de despesas públicas, liberalização da economia, política fiscal rígida.

Unidades familiares de produção foram pressionadas a abandonar outras culturas e se dedicar à monocultura do amendoim. Sob a orientação de agências de fomento da França, aliadas aos bancos internacionais, bem como às agroindústrias, algumas regiões do Senegal foram pressionadas à especialização produtiva (TEDESCO, 2017).

Esse projeto de modernização acabou mantendo camponeses em condição de pobreza e por causa da especialização na monocultura do amendoim os recursos gerados precisavam ser usados para compra de outros cereais para a alimentação. Essa realidade no campo fomenta a migração e uma tendência de proporções globais de diminuição progressiva de trabalhadores dedicados às atividades agrícolas, desde a Segunda Guerra Mundial. O aumento da produção agrícola no mundo foi acompanhado de um declínio do número de agricultores em função da mecanização e largo uso tecnológico inclusive nos insumos. Apesar desta redução o Senegal se mantém como um país predominantemente rural (OUMAR BA; BOURGOIN; DIOP, 2017).

O desenvolvimento do capitalismo global explicita nos momentos de crise as desigualdades constitutivas de seu funcionamento. A mudança na política monetária no final dos anos de 1970 e o aumento das taxas de juros levaram os países africanos a uma dramática intensificação de transferência de capitais para pagamento das dívidas à custa do agravamento das condições de vida da população, da corrosão dos setores produtivos e do recuo das ações do Estado em serviços sociais. O endividamento extremo serviu de mecanismo disciplinar para os ajustes preparando o terreno para o novo ciclo de expansão do capitalismo financeiro e de expropriações (SASSEN, 2016; BOND, 2007).

Outro elemento histórico destacado por Rodney (1975) são as “correntes de transmissão” entre “metrópoles” capitalistas e as economias africanas, acomodando as elites locais no papel de intermediário de negócios do capital imperialista, definindo uma cumplicidade que garante a exportação dos recursos adquiridos na exploração e apropriação do trabalho e riqueza no continente para instituições financeiras e investimentos nos países centrais, mantendo uma forte conexão com os mecanismos coloniais de expropriação, preservando, dessa forma, as relações internacionais desiguais e hierárquicas.

Cabral (1976) reforça o argumento de que os elementos explicativos para a desigualdade social entre as elites e as massas populares na África tiveram como base o colonialismo imperialista. Para o autor, a luta de classes, na África, é fruto de um processo histórico de desenvolvimento das forças produtivas de intensa e violenta usurpação, caracterizado por uma complexidade particular que envolve as relações das aldeias e cidades, de diferentes grupos étnicos, do camponês e do operário. A es-

tratégia dominadora se utilizou e aprofundou destas divisões através da dura repressão, mas também da cooptação assimiladora das lideranças étnicas, o que incluiu o financiamento dos estudos de seus herdeiros e o apoio através de ganhos materiais e políticos da pequena burguesia rural e urbana.

A experiência do domínio colonial demonstra que, na tentativa de perpetuar a exploração, o colonizador não só cria um perfeito sistema de repressão da vida cultural do povo colonizado, como ainda provoca e desenvolve a alienação cultural por parte da população, quer por meio da pretensa assimilação dos indígenas, quer pela criação de um abismo social entre as elites autóctones e as massas populares. Como resultado desse processo de divisão ou aprofundamento das divisões no seio da sociedade, sucede que parte considerável da população, especialmente a “pequena burguesia” urbana e campesina, assimila a mentalidade do colonizador e considera-se como culturalmente superior ao povo a que pertence e cujos valores culturais ignora ou despreza (CABRAL, 1976).

Essa configuração política local contribuiu para a preservação das disparidades internas nos países, mas também regionais. Essas questões interferem tanto na organização econômica de cada país quanto na integração do continente fomentando conflitos e disputas.

O reconhecimento da corrupção, opressão, indiferença e violência nos Estados africanos devem, portanto, ser inseridos numa rede de relações no sistema capitalista constituído desde a pilhagem colonial e transmutados numa governança internacional diversa que se beneficiam do subdesenvolvimento e da fragilidade democrática na África.

Com o avanço da financeirização, empresas e instituições financeiras africanas migraram suas sedes para países no Norte Global. A fuga de capitais, endividamento externo, recuo do Estado, associados a menor demanda de exportações dos produtos agrícolas e minérios africanos, levaram ao aprofundamento das desigualdades nos anos de 1980.

No final da década de 1990, a África enfrenta as consequências de séculos de exploração e opressão. No Senegal, as políticas protecionistas americanas ao óleo do girassol e da canola, contribuíram para a crise do amendoim. Sobre o desgaste e escassez dos recursos naturais Ndiaye (2008) destaca, além das mudanças climáticas que causaram seca, as consequências da exploração predatória das terras e florestas, a des-

consideração dos conhecimentos e práticas locais por parte dos projetos modernizadores imperialistas.

A desvalorização monetária foi outro agravante para a economia e condições sociais no país. Desse modo, a intensificação da emigração para a Europa e os EUA foi consequência desses processos e fez com que a remessa dos imigrantes adquirisse uma importância significativa no PIB do país chegando a 17%. Estima-se que, em 2016, eram 3 milhões de senegaleses emigrados principalmente para França, Itália, Espanha e Inglaterra. A saída intensa pelo mar nos anos de 2000, para a Espanha, cunhou a expressão em wolof<sup>4</sup> “Barça ou Barsak” que equivale a “Barcelona ou a Morte” numa referência às perigosas condições das viagens (FONSECA, 2019). É comum, portanto, a referência a uma diáspora senegalesa (NADIYE, 2020; TEDESCO, 2017) ou a uma globalização da migração senegalesa (CASTLES; MILLER, 2004; JUNG, 2019).

As ações das instituições financeiras transnacionais sobre a África se mantêm, no século XXI, exigindo o pagamento de dívidas, e através do neoliberalismo disciplinar, expresso em planos e recomendações para o desenvolvimento da África, implicam em expropriações e agravamento das desigualdades sociais, que dentre outras consequências intensificam as imigrações e consolidam a fuga de cérebros que fazem com que 15% dos profissionais mais bem instruídos do continente vivam agora fora do dele (BOND, 2007).

Segundo o Observatório das Migrações que reúne representantes de Estados da África, Caribe e do Pacífico, Observatório ACP<sup>5</sup>, desde os anos 1990 os registros de imigração de africanos para a América Latina vêm aumentando. Nos anos 2000, esta tendência adquiriu maior expressão. Os fatores associados ao incremento deste fluxo são: o crescente controle das fronteiras nos Estados Unidos e na Europa, principalmente após os eventos de 11 de setembro de 2001, as restrições nas solicitações de refúgio no Canadá; o legado colonial que determinou a histórica conexão marítima no Atlântico e a diáspora negra nas Américas; políticas migratórias consideradas mais complacentes e uma suposta capacidade limitada dos Estados no controle e monitoramento dos casos indocumentados; registro de impulsos de desenvolvimento econômico de alguns países na

---

<sup>4</sup> Língua local mais comum no Senegal.

<sup>5</sup> Iniciativa financiada pela OIM e pela União Europeia.

América Latina (ACP, 2012).

Na América do Sul, Brasil e Argentina são os destinos mais buscados, inclusive pelos senegaleses que estabeleceram certa circulação entre os países (TEDESCO, 2017). Durante muito tempo a rota mais usual de chegada ao continente foi pelo Equador. No entanto, esse fluxo vem sendo afetado por fatores, como: o endurecimento das legislações tanto na Argentina como no Equador; a crise econômica e a constatação de que, embora países latinos tenham construído respostas migratórias próximas à perspectiva de direitos humanos, acumulam-se denúncias de racismo e exclusão.

Podemos considerar que os imigrantes africanos têm sofrido pressões de expulsão e precariedade tanto nos países de origem com a sangria da pilhagem permanente, quanto nos países de destino em que muitas vezes permanecem em condição indocumentada e acessam empregos informais mal remunerados, o que os colocam segundo Lumembu (2000) numa condição de “periferia da periferia migratória”.

Essa condição associada a realidade dos senegaleses no Brasil remete não só às condições de expulsão no país de origem, mas ao acesso a trabalhos mais precarizados e a exposição a uma legislação social em processo regressivo e excludente. Desta forma o Brasil se constitui um país possível para migrar, mas o contato com a realidade política, econômica e social acaba por definir o país também como trânsito para destinos mais desejados no centro do capitalismo. Determina ainda uma intensa circulação regional dos senegaleses no Brasil em busca de melhores oportunidades de trabalho.

## **A MIGRAÇÃO SENEGALESA NO BRASIL E A INCLUSÃO DE NITERÓI COMO DESTINO POSSÍVEL<sup>6</sup>**

A formação econômica e social do Brasil, assim como dos demais países da América Latina tem a migração, já sob os sentidos do capitalismo, como um dos elementos fundamentais. A expansão colonial europeia que determinou o genocídio e escravização de muitos povos

---

<sup>6</sup> Nesse item serão utilizadas parte das informações coletadas no trabalho de campo realizado no ano de 2019 com observação de atividades religiosas, culturais e de trabalho, entrevistas a imigrantes senegaleses, ambulantes brasileiros e profissionais das áreas de assistência social e saúde, totalizando 25 entrevistas.

definiu um fluxo internacional de populações e influenciou na identidade e constituição de muitas nações. No século XIX a expansão imperialista significou um fluxo tão intenso de trabalhadores emigrando principalmente da Europa para as Américas, que demarcou o período da Grande Migração que durou até o início do século XX.

Este foi um período determinante para a consolidação de um mercado mundial capitalista e de globalização desse modo de produção e de articulação de um padrão relacional de dependência entre as economias periféricas e centrais. Além de exportar matérias-primas, as relações de trabalho e consumo passam a ser reproduzidas na periferia numa relação assimétrica, contraditória e dependente das economias centrais (FERNANDES, 2009).

No Brasil um dos aspectos relevantes desse momento foi a decomposição do escravismo sob a orientação dos interesses dominantes, ou seja, de forma que preservasse a desigualdade e mantivesse o racismo e sua funcionalidade para o capitalismo. Nesse sentido a elaboração das políticas migratórias subsidiadas e financiadas pelo governo no brasileiro compôs essa articulação que caracterizou a constituição da classe trabalhadora no país com permanências e continuidades no tocante ao trabalho escravizado e ao trabalho assalariado. A aproximação com perspectivas eugenistas que forneceram argumentos e práticas para hierarquização étnico-racial dos trabalhadores (MOURA, 2014).

A política migratória permaneceu como um dos instrumentos de controle e seletividade da força de trabalho acionando dispositivos políticos e econômicos de acordo com os períodos históricos<sup>7</sup>. Nosso interesse na migração internacional tem lugar na formação do capitalismo dependente do Brasil como destino migratório logo algumas considerações são relevantes para nossa aproximação as condições de chegada e inserção laboral dos imigrantes senegaleses.

Desde os anos de 1990, os impactos das transformações societárias, no mundo, tomam maior corpo no Brasil, impulsionados pela intensa financeirização das transações comerciais, pela reestruturação na

---

<sup>7</sup>Não poderemos aqui desenvolver essa questão, mas recomendamos o trabalho de Villen (2018) que ao estudar imigração e trabalho no Brasil apresenta uma análise importante da função da política migratória na constituição e controle de fluxos migratórios como também na fragmentação e hierarquização dos trabalhadores nacionais e imigrantes.

produção e pelas contínuas contrarreformas neoliberais. Uma das consequências desses processos foi o aprofundamento das desigualdades entre os países de capitalismo central e os periféricos, assim como das desigualdades internas em cada país. Segundo Fontes (2010), o capitalismo contemporâneo inova e recria as contradições fundamentais deste modelo societário. Deste modo, as disparidades e desigualdades econômicas, políticas, sociais e culturais se aprofundam, sejam internamente em cada país como entre os países centrais e periféricos.

Nas últimas décadas, portanto sob a hegemonia da valorização financeirizada do capital aprofundaram-se o endividamento do Estado cada vez mais comprometido com a transferência de valor para as economias centrais e seus sócios minoritários nacionais, a posição desfavorável e subordinada nas relações comerciais vem determinando desregulamentações que afetam a produção e as relações de trabalho.

Para a classe trabalhadora, tais mudanças significaram desemprego, fragilização e perda de direitos e a disseminação de formas precarizadas de trabalho, tais como redução dos salários reais e eliminação de direitos trabalhistas e sociais através da reforma trabalhista criando dispositivos de flexibilização dos direitos constitucionais. A produção de um excedente de trabalhadores é inerente a acumulação capitalista e acaba por atuar como elemento de determinação das condições salariais dos trabalhadores empregados e como mecanismo de constrangimento e submissão a aceitação de relações trabalhistas precarizadas. Ao caracterizar este contingente como superpopulação relativa, Marx (2015) explicita o processo contínuo de liberação de parte da força de trabalho na produção capitalista impulsionado pela incorporação de tecnologias, pela redução dos custos e busca de ampliação de lucro. Trata-se, na análise de Gaudemar (1977), da força de trabalho mais móvel e ao mesmo tempo a que sofre mais intensamente os efeitos da mobilidade forçada do capital.

Os desafios estão postos à classe trabalhadora e atravessam fronteiras nacionais. Nessa direção os imigrantes que chegam ao Brasil em busca de condições de trabalho enfrentam tal realidade. O marco de consolidação do fluxo de senegaleses para o Brasil foi o período entre 2013 e 2015, embora já houvesse estruturas migratórias e redes de informação anteriormente identificadas (TEDESCO, 2017; JUNG, 2019). O Brasil investiu em relações diplomáticas com o continente africano, desde a década de 1960, tendo como estratégia o fomento a cooperação técnica e

oportunidades de negócios para empresários e investidores inclusive da indústria cultural. O acordo para recepção de estudantes de graduação de diferentes países africanos e participação militar do Brasil em território de África são decorrentes desse investimento.

Nos anos 2000, particularmente a partir de 2003, no Governo de Luís Inácio da Silva, o investimento nas relações internacionais e em aberturas de investimentos de empresas brasileiras, em países da África, ganharam um novo fôlego e fomentaram uma imagem exitosa da economia do Brasil, que vivenciava impulsos desenvolvimentistas que sabemos não se sustentaram. Um novo capítulo foi aberto nas relações do Brasil com a África que possibilitou viagens e abertura de novas embaixadas no continente, um aumento significativo do comércio bilateral e o fortalecimento de empresas brasileiras, especialmente do ramo de mineração, segurança e construção civil. Uma estratégia internacional de diplomacia de negócios cuidadosamente planejada para ocupar os espaços possíveis, não interferindo na atuação das principais potências econômicas já atuantes em África (VISENTINI, 2010). Senegal foi dos países alvo desse investimento de cooperação sul-sul, o que em nossa análise funcionou como um elemento de atração deste fluxo migratório.

Os senegaleses estão mais presentes no sul do Brasil, o que mobilizou grupos de pesquisas específicos sobre este fluxo migratório. Estimava-se, em 2015, que no Rio Grande do Sul havia 2 mil senegaleses. Apontamentos do pesquisador Tedesco (2017) identificam que senegaleses têm entrado no Brasil pela fronteira do Acre com o Peru, depois se deslocam para São Paulo e outros de lá se deslocam para o sul, atraídos pela possibilidade de trabalho em frigoríficos<sup>8</sup> e da certificação halal<sup>9</sup>. Um aspecto que parece caracterizar este grupo, e talvez outros grupos

<sup>8</sup> A procuradora do trabalho Cristiane Maria Sbalqueiro Lopes ao elencar as principais ocorrências no Ministério Público do Trabalho envolvendo o trabalho de estrangeiros, aponta o trabalho em frigoríficos como um dos mais degradantes em uso no Brasil e que tem utilizado largamente a força de trabalho imigrante, caracterizam este “[...] trabalho jornadas abusivas, excesso de frio, esforços repetitivos, cenário deprimente” (LOPES, 2015, p. 228).

<sup>9</sup> “Forma de abate de animais com destino a exportação para países de costume muçulmano, que supostamente exige que os trabalhadores que realizam a matança sejam muçumanos e realizem o ato manualmente, em constrictão, pronunciando determinadas palavras. Esta suposta exigência tem justificado a preferência de contratação de trabalhadores provenientes de países com mais presença muçumana, como Bangladesh, Senegal, Iraque, entre outros” (LOPES, 2015, p. 229).



migrantes, é essa trajetória que perpassa diferentes cidades do Brasil em busca de melhores condições de permanência, sendo possível falar na migração de senegaleses para o Brasil e no Brasil (JUNG, 2019).

Desse modo, alguns senegaleses que se encontram em Niterói já estiveram em outras regiões do país, a vinda para o estado do Rio de Janeiro se relaciona com a atuação das redes sociais migratórias que funcionam como disseminadoras de informações e referências para que o migrante seja recebido e integrado a atividades laborais. Em Niterói, essa rede migratória se organiza em torno de dispositivos religiosos constituídos pelos próprios migrantes, associação de migrantes senegaleses e nas atividades de venda ambulante. Essa rede se fortaleceu no período de realização de grandes eventos internacionais como a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e as Olimpíadas de 2016, que funcionaram como importantes atrativos mobilizando muitos senegaleses para as vendas ambulantes no Estado do Rio de Janeiro.

Segundo dados do Comitê Nacional para Refugiados<sup>10</sup>(BRASIL, 2019), de 2002 a 2019, existiam cerca de 8.000 pedidos de nacionais oriundos do Senegal interessados em ser reconhecidos como refugiados. Em 17 anos, apenas 15 solicitações foram deferidas, pois os senegaleses são considerados imigrantes econômicos. Eles acionam a estratégia de solicitação de refúgio ao chegarem ao Brasil, pois assim podem ter acesso a documentos provisórios que ajudam na instalação no país e na busca por trabalho. Refugiado e imigrante econômico são classificações migratórias que garantem inclusão ou exclusão a um conjunto de direitos e proteção social e são, ao mesmo tempo, condutos para o reconhecimento e interpretação da migração.

Reconhecendo a presença destes trabalhadores no Brasil e a crescente inserção dos mesmos em atividades do agronegócio, no final de 2019, a portaria conjunta dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e das Relações Exteriores (MRE), de n. 10 de 05/12, abriu possibilidade de senegaleses no Brasil que aguardavam resposta de pedido de refúgio solicitarem autorização de residência por dois anos.

A trajetória do imigrante senegalês no Brasil é marcada pelo caráter da provisoriedade, uma vez que, ao solicitar o refúgio sabe que as possibilidades de ter seu pedido deferido são mínimas, pois o Estado

---

<sup>10</sup> Disponíveis em: [www.justica.gov.br](http://www.justica.gov.br). Acesso em: 19 dez. 2019.

brasileiro não reconhece nesta nacionalidade as exigências que definem a condição de refugiado. Não obstante, órgãos governamentais atuam, desde 2012, em conjunto com empresários para agilizar a captação dessa força de trabalho na fronteira (FONSECA, 2019). Segundo dados do Relatório Anual Obmigra (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2019), os senegaleses têm ampliado sua participação nas autorizações para o trabalho formal, concedidas pelo Conselho Nacional de Imigração, o que aponta para o interesse nessa força de trabalho particularmente no agronegócio no abate de aves. De acordo com o referido relatório, os senegaleses são, desde 2017, a principal nacionalidade em autorizações para o trabalho formal.

A excepcionalidade é a outra característica das ações regulatórias para os considerados imigrantes econômicos. Os senegaleses têm se valido do dispositivo das anistias migratórias através de portarias ministeriais que possibilitam uma regularização migratória, ainda que provisória.

Os dados do CONARE referentes às decisões do órgão em relação aos senegaleses solicitantes de refúgio, no período janeiro de 2017 a junho de 2020, apresentam uma maioria de homens em idade produtiva. Em Niterói, o perfil em geral se define por: homem, jovem e solteiro; projeto migratório de inserção laboral; compromisso de enviar remessas de dinheiro aos familiares que permaneceram no Senegal; experiência mais recorrente de trabalho é no comércio ambulante. Os senegaleses têm crescido e se organizado<sup>11</sup> na cidade de Niterói<sup>12</sup>. No ano de 2016, a então presidenta<sup>13</sup> da Associação de Senegaleses Residentes no Rio de Janeiro<sup>14</sup> estimava a presença de cerca de 200 senegaleses em Niterói. Em 2019, a instituição registrou aproximadamente 300 senegaleses.

Sobre o trabalho informal ambulante que praticamente atribui

---

<sup>11</sup> A exemplo de outras cidades no sul e sudeste do Brasil onde criaram associações regionais de senegaleses.

<sup>12</sup> Em 2018, a comunidade senegalesa em Niterói organizou em espaços públicos municipais a “Jornada Cultural Khassida” ou “Journée Khassida” evento cultural-religioso que teve visibilidade na cidade.

<sup>13</sup> Interessante o fato de a representação naquele momento ser exercida por uma mulher. A imigração senegalesa no Brasil é majoritariamente masculina, em Niterói não essa realidade não é diferente.

<sup>14</sup> Conforme entrevista concedida e disponível em: [https://odia.ig.com.br/\\_conteudo/rio-de-janeiro/niteroi/2016-04-09/e-a-vez-da-africa.html](https://odia.ig.com.br/_conteudo/rio-de-janeiro/niteroi/2016-04-09/e-a-vez-da-africa.html). Acesso em: dezembro de 2016.

identidade migratória aos senegaleses, podemos considerar que essa atividade compõe o quadro da informalidade e de mecanismos específicos de exploração, traços constitutivos do capitalismo brasileiro (TRINDADE, 2020). A informalidade se caracteriza pela ausência de formas contratuais regulares e fixas, por formas de autorreprodução variadas e pela redução dos custos de circulação, formalidade e informalidade que cada vez se tornam mais complementares no Brasil, inclusive o caráter da desproteção social mais atribuído à informalidade tem se generalizado nos contratos formais de trabalho.

Sobre as remessas, elas explicitam o vínculo e manutenção das relações familiares e acabam por condicionar a busca urgente e a dedicação ao trabalho. A necessidade de guardar uma parte da remuneração, que como vimos tem impacto não só nas famílias dos emigrantes quanto na economia do Senegal, movimenta instituições financeiras especializadas nessa atividade. A obrigação de poupar para as remessas mais os gastos com a reprodução social têm colocado o Brasil como um país de trânsito para os EUA e Canadá, visto que nos países centrais a remuneração pode ser maior, garantindo melhores remessas aos familiares e condições melhores de consumo.

Os senegaleses se instalam no espaço central de Niterói para moradia em habitações antigas e com infraestrutura precária, onde dividem espaços densamente ocupados, e para o trabalho ambulante. O trabalho nas ruas e as relações com os trabalhadores brasileiros, nesse espaço, também expressam aspectos estruturais da formação do mercado de trabalho no Brasil, que manteve simultaneamente diferentes formas de trabalho, de modo que a informalidade sempre foi uma realidade de muitos trabalhadores e tem crescido desde que a crise mundial afetou com potência o país, fomentada pelas contrarreformas dos direitos trabalhistas. Há uma relação tensionada entre os ambulantes brasileiros e os imigrantes que se intensifica com a repressão do aparato governamental municipal que tem nos trabalhadores ambulantes imigrantes um alvo preferencial de ações truculentas. O uso desproporcional de violência e a apreensão de mercadorias têm sido noticiadas na mídia local<sup>15</sup>. A condição de irregularidade da atividade de trabalho e a condição de imigrante com possibilidade de condição indocumentada potencializam as chances de repressão.

---

<sup>15</sup> Disponível em: <https://anovademocracia.com.br/noticias/13736-rj-homem-senegales-e-espancado-por-guarda-municipal-em-niteroi>. Acesso em: 29 jul. 2020.

As demais experiências laborais relatadas se deram no campo de atividades da construção civil onde os senegaleses realizavam as tarefas mais desgastantes fisicamente e recebiam remuneração e tratamento inferior aos trabalhadores brasileiros, tendo relatos inclusive de ausência de pagamento dos salários por parte dos empregadores.

Grande parte é muçulmano vinculados à grupos e associações que tem a religião islâmica como estruturante na experiência migratória, funcionando como uma rede de apoio, de acolhida e integração e para a organização de representação política através de associações de senegaleses.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O fluxo de imigrantes senegaleses em Niterói oscila conforme a dinâmica de deslocamento dos senegaleses pelo Brasil e pela chegada de novos trabalhadores. Quantitativamente pode não parecer expressivo, mas este fluxo indica estruturas consolidadas de redes de solidariedade para recepção e permanência tendo, portanto, uma importância qualitativa no conhecimento e estudos da imigração contemporânea no Brasil.

O Brasil tem um histórico de políticas de atração de imigrantes, europeus e brancos, porém, a partir dos anos de 1990, a vinda de refugiados de diferentes países e a intensificação da imigração fronteiriça têm complexificado e atribuído maior heterogeneidade ao perfil migratório. A aproximação às experiências concretas e as especificidades destes fluxos contribui para o estabelecimento das conexões com o fenômeno das migrações e, conseqüentemente, com as questões de fundo relacionadas à dinâmica do capitalismo contemporâneo e às particularidades que aprofundam as desigualdades entre os países, especialmente na periferia do capital.

As migrações internas, fronteiriças e transnacionais têm adquirido uma nova intensidade tanto na qualidade quanto na quantidade em diferentes direções no mundo. As migrações de países da África para o Brasil, a partir especialmente dos anos 2000, tem relação com esse contexto de atravessamento de capitais na periferia do capital, sob a forma de investimentos diretos, sujeição à dívida pública, canalizando de forma cada vez mais dramática os recursos naturais e o sobretrabalho produzido na direção periferia-centro.

Nossa abordagem entendeu que os imigrantes, ao se deslocarem em busca de produção de vida, constroem, ainda que não seja por escolha, uma resistência ao contexto de expropriação crescente do trabalho, o que, nas análises de Gaudemar (1977), seriam as estratégias de imobilidade dos trabalhadores frente à intensificação da mobilização para o trabalho que o capital determina, e que avançam cada vez mais sobre as dimensões da vida social. A mobilidade da força de trabalho como um elemento chave da constituição e desenvolvimento do capitalismo toma formas cada vez mais complexas exigindo dos trabalhadores crescente submissão, adaptabilidade e deslocamentos internos e internacionais.

Para Antunes (2018, p. 84) a situação dos imigrantes é “[...] a ponta mais visível do iceberg no que concerne à precarização das condições de trabalho no capitalismo atual”. A reprodução ampliada do capital exige cada vez mais a submissão da força de trabalho a condições brutais de expropriação. As condições de flexibilização das condições, relações e remunerações do trabalho a que estão submetidos os trabalhadores, a diversidade de gênero, orientação sexual, raça/etnia, geração, região, nacionalidade e/ou qualificação é capturada e estimulada como desigualdade, possibilitando ao capital a sujeição e mecanismos de exploração que tornam mais vulneráveis determinados trabalhadores.

Nesse sentido, a articulação dos coletivos de imigrantes com as lutas dos trabalhadores brasileiros e perspectiva de internacionalização pode fortalecer a articulação e a construção de dos caminhos de resistência, pois, como alerta Basso (2018), as condições a que estão submetidos os trabalhadores imigrantes se misturam ou prenunciam a dos demais trabalhadores.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DA ONU PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Global Trends Forced Displacement 2019**. Geneve: ACNUR, 2020. Disponível em: <https://www.unhcr.org/5ee200e37.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2020.

ANDRADE, L. Homem senegalês é espancado por Guarda Municipal em Niterói. *Jornal A Nova Democracia*. Rio de Janeiro, 29 de Junho de 2020. Disponível em: <https://anovademocracia.com.br/noticias/13736-r-j-homem-senegales-e-espancado-por-guarda-municipal-em-niteroi>.

Acesso em: 29 jul. 2020.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BADI, M. K. **Diáspora Africana e Migração na Era da Globalização**: experiências de refúgio, estudo, trabalho. São Paulo: CRV, 2015.

BAENINGER, Rosana. Migrações Sul-Sul. In BAENINGER, Rosana; BÓGUS, Lúcia Machado; MOREIRA, Júlia Bertino *et alii* (orgs.). **Migrações Sul-Sul**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” - Nepo/Unicamp, 2018

BASSO, P. Prefácio. In: VILLEN, P. **(In)visíveis globais**: imigração e trabalho no Brasil. São Paulo: Alameda, 2018.

BOND, P. **A Pilhagem na África**: a economia da exploração. Rio de Janeiro: Instituto COMAFRICA, 2007.

BRASIL. Ministério de Justiça e Segurança Pública. MJSP. Portal da Imigração. Refúgio em números. 4. ed. 2019. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros> Acesso em: 18 ago. 2020.

CABRAL, A. Libertação Nacional e Cultura. In: ANDRADE, M. P. de. **Obras Escolhidas de Amílcar Cabral**: unidade e luta. Lisboa: Seara Nova, 1976.

CASTLES, S.; MILLER, M. **La era de la migración**: movimientos internacionales de población en el mundo moderno. México: Universidad Autónoma de Zacatecas, 2004.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. **Imigração e Refúgio no Brasil**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Relatório Anual 2019. Brasília: OBMigra, 2019.

DIAS, Á. C. S. Migração Internacional no Brasil: persistências históricas e tendências contemporâneas. **Revista Vértices**, v. 22, n. Especial, p. 851-870. Campos dos Goytacazes: Essentia Editora IFF, 2020.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica. **Revista Mediações**, Londrina: UEL, v. 10, n.1, p.

25-40, 2005.

FANON, F. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, F. Racismo e cultura. In Revista *Convergência Crítica*, v, 13. p. 78-90. Niterói: NEPETES/UFF, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/convergenciacritica/article/view/38512/22083>. Acesso em: out. 2020.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e Classes Sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2009.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO/ONU); CENTRE DE COOPÉRATION INTERNATIONALE EN RECHERCHE AGRONOMIQUE POUR LE DÉVELOPPEMENT RURAL AFRICA IN MOTION DYNAMICS AND DRIVERS OF MIGRATION SOUTH OF THE SAHARA (CIRAD). **Africa in motion Dynamics and drivers of migration South of the Sahara**. Rome: FAO/CIRAD, 2017. Disponível em: [www.fao.org/publications](http://www.fao.org/publications). Acesso em: 15 ago. 2020.

FONSECA, F. M. B. da. **Soberania e imigração Transnacional na Amazônia Acreana: poder e relações de força**. Tese (Doutorado em Sociologia e Direito) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2019.

FONTES, V. **O Brasil e o Capital Imperialismo**. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, 2010. Disponível em: [www.epsjv.fiocruz.br](http://www.epsjv.fiocruz.br). Acesso em: 15 ago. 2015.

GAUDEMAR, J.-P. **Mobilidade do Trabalho e Acumulação de Capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

HOBSBAWN, E. **A Era dos Extremos: o breve século XX, de 1914 a 1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

JUNG, P. R. Desenvolvimento de processos migratórios do Senegal para o Brasil e suas alterações. In TEDESCO, J. C. **Imigração senegalesa: múltiplas dimensões**. Porto Alegre: EST Edições. v. 2., p. 45-76, 2019.

LOPES, C.M. S. Migrações, Mundo do Trabalho e a Atuação do Ministério Público do Trabalho. PRADO, J. P.; COELHO, R. (Org.). **Migra-**

**ções e Trabalho.** Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015.

LUMENBU, A. K. **Inmigración africana en la segunda mitad del siglo XX:** características, causas e incidencias sobre el desarrollo del continente. Rio de Janeiro: UCAM/ALAADA, 2000. Disponível em:

<http://biblioteca.clacso.edu.ar>. Acesso em: out. 2020.

MARX, Karl. **O Capital.** Livro I. São Paulo: Boitempo, 2015.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro.** São Paulo: Fundação Maurício Graboisco-edição com Anita Garibaldi, 2014.

NDIAYE, M. T. Y. **Forestry Decentralization in Senegal: Socioeconomic and Ecological Impacts.** 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais, em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

NDIAYE, G. Mobility and Cultural Citizenship: The Making of a Senegalese Diaspora in Multiethnic Brazil. In MCNEIL, D; MEERZON, Y; DEAN, D. Migration and Stereotypes in Performance and Culture. Londres: Palgrave Macmillan, 2020.

OBSERVATORY ON MIGRATION; OBSERVATOIRE ACP SUR LES MIGRATIONS OBSERVATÓRIO ACP DAS MIGRAÇÕES (ACP). **Migração extra-regional Sul-Sul:** Um resumo das tendências emergentes. Suíça: OIM/União Europeia, 2012. Disponível em: [https://publications.iom.int/system/files/pdf/extraregional\\_migration\\_por\\_1.pdf](https://publications.iom.int/system/files/pdf/extraregional_migration_por_1.pdf). Acesso em: 30 set. 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **La migración y los migrantes. Una perspectiva global.** Informe sobre las Migraciones en el Mundo. Genebra: OIM, 2020. Disponível em: <http://www.iom.int>. Acesso em: 31 out. 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Women and men in the informal economy: a statistical picture.** Geneva: OIT, 2018. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/lang-en/index.htm> Acesso em: 30 mar. 2020.

OUMAR BA; BOURGOIN; DIOP. Senegal: the fluidity of international migration in response to local constraints. IN FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF UNITED NATIONS (FAO). **Motion Dynamics and Drivers of Migrations in South of the Sahara.**



Rome: FAO/CIRAD, 2017. Disponível em: [www.fao.org/publications](http://www.fao.org/publications). Acesso em: 15 ago. 2020.

RODNEY, W. **Como a Europa subdesenvolveu a África**. Lisboa: Seara Nova, 1975.

SASSEN, S. **Expulsões**: brutalidade e complexidade na economia global. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SAYAD, A. O Que é um Imigrante? *In*: SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998. p. 9-12.

TEDESCO, J. C.; KLEIDERMACHER, G. **A imigração senegalesa no Brasil e na Argentina: múltiplos olhares**. Porto Alegre: EST Edições, 2017.

TRINDADE, J. R. Superexploração do trabalho as condições de trabalho e a incerteza da informalidade no Brasil. São Paulo: Carta Maior, 2020. Disponível em: [www.cartamaior.com.br](http://www.cartamaior.com.br). Acesso em: 20 out. 2020.

VILLEN, P. **(In)visíveis globais**: imigração e trabalho no Brasil. São Paulo: Alameda, 2018.

VISENTINI, P. F. South-South Cooperation, Prestige Diplomacy or “Soft” Imperialism? Lula’s Government Brazil-África Relations. **Revista Século XXI**, p. 65 a 84. Porto Alegre, v. 1, n. 1, jan./dez. 2010.